

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

KARILLA DO ROCIO MOREIRA DA ROCHA

**RELAÇÕES ENTRE O SERVIÇO SOCIAL, A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL E O TRABALHO INFORMAL: OLHARES SOBRE A EXPERIÊNCIA  
NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS  
GUARATUBA/PR.**

MATINHOS – PR

2017

KARILLA DO ROCIO MOREIRA DA ROCHA

**RELAÇÕES ENTRE O SERVIÇO SOCIAL, A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O TRABALHO INFORMAL: OLHARES SOBRE A EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS GUARATUBA/PR.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Câmara do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Édina Mayer Vergara.

MATINHOS – PR

2017

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me amar de forma constringedora, pois sendo transcendente se fez imanente, partícipe das etapas de minha existência;

Ao meu esposo Dheizon, por todo o companheirismo, carinho, compreensão e apoio nos momentos que mais precisei. Seu papel foi fundamental para obter mais essa conquista. E também ao nosso bebê, que ainda em formação já vivenciou algumas privações devido a construção do trabalho.

Aos meus pais, Carlos e Odete, por me amarem, educarem com dedicação e incentivarem os estudos.

A minha inicial orientadora, Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Giselle Ávila Leal de Meirelles, por sua atenção, incentivo e amizade durante o processo de formação. Você teve um papel fundamental na desconstrução de comportamentos e conceitos que eu naturalizava, contribuindo para a construção de uma perspectiva crítica da realidade.

A minha atual orientadora, Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Édina Mayer Vergara pelo aceite em mediar-me ainda que não tivéssemos quase nenhum contato. Também pela compreensão, atenção, amizade, incentivo, carinho comigo, depois conosco (eu e o bebê). Você me fez enxergar com maiores detalhes o que construí durante o processo de formação.

A professora Dr.<sup>a</sup> Silvana Maria Escorsim, pelo aceite em participar da banca de avaliação, e pelas aulas de Processos de Trabalho;

Aos assistentes sociais do CRAS Guaratuba, pelas contribuições na pesquisa, pelos esclarecimentos relacionados a profissão e pela amizade;

A turma de Serviço Social 2013, pelas contribuições, questionamentos e críticas em sala de aula possibilitando maiores diálogos junto aos módulos, pelas amizades e pelo carinho;

E a UFPR Litoral, por seu projeto inovador e emancipatório.

*As possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las em projetos e frentes de trabalho.*

***lamamoto***

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo maior relacionar os princípios, diretrizes e objetivos da Assistência Social e do Serviço Social, buscando contribuir para efetivação e empoderamento dos trabalhadores informais, usuários do CRAS-Guaratuba/PR. Para tanto busco relacionar as convergências históricas do Serviço Social e da Assistência Social para melhor compreensão da função social e contemporânea da profissão nesta Política. Apresento fundamentações teóricas e estatísticas sobre o trabalho informal e a realidade regional/local de Guaratuba. O estudo é apresentado em três partes: aspectos históricos da Assistência Social e do Serviço Social no Brasil; Assistência Social na contemporaneidade e o trabalho do assistente social nesta política; trabalho informal no litoral do Paraná. Tem sua natureza quanti-qualitativa pois sua problematização se baseia no estado da arte de trabalhos acadêmicos e em dados estatísticos acerca da temática da Política, sua relação com o Serviço Social e o trabalho informal. As considerações finais permitiram entender que a realidade do trabalho informal, sazonal e precarizado exige maior atenção, estudos e planejamento por parte dos poderes públicos e das universidades para seu entendimento e enfrentamento como uma expressão da questão social regional, historicamente instituída. Para isto o Serviço Social é fundamental considerando sua convergência de princípios e propósitos junto à Política de Assistência e além disto promover com os usuários e técnicos do CRAS em questão, parcerias intersetoriais e interinstitucionais para confrontar as fragilidades e dilemas do mundo do trabalho informal nesta Região.

Palavras-chave: Política da Assistência; Serviço Social; Trabalho Informal.

## ABSTRACT

The present study aims at greater relate the principles/guidelines/objectives of the assistance and Social services, seeking to contribute to the empowerment of informal workers, users of CRAS/Guaratuba/PR to both seek to relate the historical convergences of Social services and assistance to better understand the social function and the profession in this policy. We present theoretical arguments and statistics on informal work and the regional reality/location of Guaratuba. The study is presented in 3 parts: historical aspects of social assistance and social services in Brazil; social assistance in contemporary times and the work of the social worker in this policy; informal work on the coast of Paraná. Has your quantitative and qualitative nature because your questioning is based on State of the art academic papers and statistical data on the subject of policy, your relationship with the Social Service and informal work. The final considerations have made it possible to understand that the reality of informal work, seasonal and made precarious requires greater attention, studies and planning for Government and universities for your understanding and coping as an expression of regional social issues, historically established. For this Social Services is critical, not only for putting more dense service policy, but also to promote intersectoral and inter-institutional partnerships to combat the weaknesses and dilemmas of the world of work in this area.

Keywords: politics of assistance; Social Service; Informal Work.

**LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1	-	PEA POR LOCALIZAÇÃO NO DOMICÍLIO.....	42
GRÁFICO 2	-	PEA POR GÊNERO.....	42
GRÁFICO 3	-	NÚMERO DE POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO.....	43
GRÁFICO 4	-	RF POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO.....	45
GRÁFICO 5	-	CÔNJUGE/COMPANHEIRO POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO.....	46

**LISTA DE TABELAS**

TABELA 1	-	DIREITOS E PROGRAMAS SOCIAIS VINCULADOS AO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL 1934-88.....	19
TABELA 2	-	CONVERGÊNCIAS HISTÓRICAS: ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO SERVIÇO SOCIAL.....	27



**LISTA DE SIGLAS**

BPC	-	Benefício de Prestação Continuada
CAPS	-	Centro de Atenção Psicossocial
CBCISS	-	Centro Brasileiro De Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CEAS	-	Conselho Estadual de Assistência Social
CFAS	-	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	-	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	-	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNSS	-	Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	-	Centro de Referência de Assistência Social
CRAS	-	Conselho Regional de Assistentes Sociais
CREAS	-	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
CRESS	-	Conselho Regional De Serviço Social
ECOSOL	-	Economia Solidária
EJA	-	Educação de Jovens e Adultos
FGTS	-	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNABEM	-	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
INSS	-	Instituto Nacional de Seguro Social
LBA	-	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	-	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	-	Ministério do Desenvolvimento Social
MEI	-	Micro Empreendedor Individual
PAIF	-	Proteção e Atenção Integral à Família
PBF	-	Programa Bolsa Família
PEA	-	População Economicamente Ativa
PPF	-	Programa Família Paranaense
PHC	-	Programa Horta Comunitária

PJA	-	Programa Jovem Aprendiz
PNAS	-	Política Nacional de Assistência Social
PSB	-	Proteção Social Básica
RF	-	Responsável Familiar
SCFV	-	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SENAI	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	-	Serviço Social do Comércio
SESI	-	Serviço Social da Indústria
SIBI	-	Sistema de Bibliotecas
SINE	-	Sistema Nacional de Empregos
SUAS	-	Sistema Único de Assistência Social
TCC	-	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPR	-	Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 CAPÍTULO I - ASSISTÊNCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL</b> .....	14
1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: DO BRASIL COLÔNIAL AO BRASIL DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ .....	14
1.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL: DA INSTITUIÇÃO DA PROFISSÃO AO CONGRESSO DA VIRADA.....	22
<b>2 CAPÍTULO II – A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NESTA POLÍTICA</b> .....	29
2.1 DEFINIÇÃO E OBJETIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	30
2.2 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – PSB.....	31
2.3 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO – ACESSUAS TRABALHO E A INCLUSÃO PRODUTIVA.....	31
2.4 O ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	33
<b>3 TRABALHO INFORMAL NO LITORAL DO PARANÁ</b> .....	36
3.1 TRABALHO INFORMAL: CONCEPÇÕES E ESTADO DA ARTE NO LITORAL DO PARANÁ.....	36
3.2 TRABALHO INFORMAL EM GUARATUBA.....	41
3.3 TRABALHO INFORMAL NO CRAS NOVOS HORIZONTES E OS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS RELACIONADOS.....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	49
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	52
<b>APÊNDICE 1</b> .....	56

## INTRODUÇÃO

O interesse pelo foco desta pesquisa surgiu a partir das experiências profissionais, ou seja, atuando como Orientadora Social no CRAS; no cotidiano das entrevistas junto aos usuários da Política de Assistência Social para o Cadastro Único, percebi o número significativo de trabalhadores informais vivenciando a precariedade de renda, insegurança no trabalho, mobilidade habitacional e até mesmo a miséria. Foi então que decidi me aproximar desta realidade. Reconheço que tive dificuldades para encontrar meu objeto de estudo (minhas mediadoras que o digam).

Ainda que compreendendo ser matéria prima do Serviço Social a Questão Social, não havia tido nenhuma aproximação com o trabalho informal a fim de percebê-lo como uma das desigualdades provocadas pelo capitalismo. Foi então que, sob a mediação da Giselle Meireles mergulhei nos livros dando início ao processo de conhecimento e compreensão o que reforçou meu interesse em estudar o trabalho informal (fenômeno observado que despertou curiosidade), o Serviço Social (futura profissão) e a Política de Assistência Social (atual campo profissional), ainda senti dificuldades quanto a delimitação. Em princípio o estudo tinha um enfoque (foi quando construí o primeiro capítulo) porém como havia dito sobre minha dificuldade em encontrar o objeto de estudo, acabei trocando a ênfase. Durante este processo, por forças maiores vivenciei a troca de mediação e para ser sincera, a experiência causou-me um pouco de desconforto mas também me estimulou em dialogar com outras possibilidades. Enfim, a partir dessas vivências dei continuidade ao processo de problematização sobre o tema até a produção deste estudo.

Assim sendo, o trabalho tem por objetivo maior relacionar os princípios/diretrizes/objetivos da Política de Assistência e do trabalho do Serviço Social, buscando contribuir com os trabalhadores informais, usuários do CRAS Guaratuba/PR. Para isso, o estudo foi dividido em três capítulos: o primeiro e o segundo relacionam algumas importantes convergências históricas do Serviço Social e da Assistência Social a fim de melhor compreender a função social e contemporânea da profissão nesta política, destacando os

princípios/serviços/programas/projetos da Política e as atribuições do Assistente Social na mesma. Já no terceiro capítulo a proposta foi de apresentar fundamentações teóricas e estatísticas sobre o Trabalho Informal e a realidade regional/local.

A metodologia é de cunho quali-quantitativo, com reflexões acerca da política pública da Assistência e do Serviço Social e apresentação de dados estatísticos sobre os impactos desta Política no conjunto das demandas sociais de Guaratuba/PR. O referencial deste estudo vem das fontes bibliográficas, da pesquisa de campo, da base de dados no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná – SIBI/UFPR para a consulta de artigos e documentos; do mesmo modo em bases de dados referentes às políticas públicas.

Utilizei ainda, a Matriz Metodológica de Diagnóstico Socioassistencial, sistematizada sob coordenação da Prof.<sup>a</sup> Silvana Marta Tumelero com a participação de colegas colaboradores e do acadêmico extensionista Marcelo Alexandre de Freitas Rodrigues do Curso de Serviço Social da UFPR/Setor Litoral, publicizada em 2014. Também organizei o estado da arte de trabalhos acadêmicos produzidos no Setor Litoral entre 2010-2016 que tratam da questão regional do trabalho informal e, finalmente, coleta de dados junto aos profissionais do CRAS em estudo, utilizando questionário com questões diretas, que constam em apêndice a este trabalho.

## **1 ASSISTÊNCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

Para iniciar o cumprimento dos intentos deste estudo, o presente capítulo tem por objetivo relacionar as convergências históricas do Serviço Social e da Política de Assistência Social para melhor compreender a função social e contemporânea da profissão nesta política, assim apresento uma revisão histórica acerca de aspectos significativos que constituem a Assistência Social e o Serviço Social.

Por muito tempo no Brasil, a pobreza foi considerada um resultado da falta de empenho do sujeito em superá-la e pela constante tentativa de se explicar o campo assistencial decorrente de desajustes individuais, as respostas variaram de repressão individual a benemerência. (COUTO, 2006).

Nos diferentes períodos históricos que demarcam a trajetória política de organização e gestão de nosso País que se operam a partir de 1500 – portanto vivido desde da Idade Moderna - buscaremos destacar aspectos que relacionavam os modos de lidar com as demandas dos empobrecidos que aqui habitavam.

### **1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: DO BRASIL COLÔNIA AO BRASIL DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ**

Os 500 anos de Brasil foram marcados por inúmeras transformações. Os direitos sociais foram se constituindo a partir de uma realidade histórica particular, perpassando os períodos colonial, imperial e chegando ao republicano. A seguir veremos alguns aspectos da construção dos direitos sociais em nosso país pretendendo que esta revisão permita entendermos a recente Política de Assistência e os imensos desafios colocados à efetivação dos direitos mais elementares à preservação da vida.

Durante o Brasil Colônia até o período Imperial, a assistência social foi prestada segundo os interesses pessoais daqueles que detinham posses, na ótica da benemerência. O Estado intervinha com inspeções, isenções e eventuais contribuições, mas não se responsabilizava pela gestão das atenções assim como a Igreja Colonizadora, de ethos cristão e católico romano

também não assumia as tarefas assistenciais. A Igreja Católica Romana contribuía inicialmente com alguma benemerência através do envio das Irmandades de Misericórdia<sup>1</sup> (fornecimento de caixões mortuários, atendimento de órfãos, pouso e comida para viajantes e miseráveis, doentes e praticantes de crimes). Nesse período, a proteção social caracterizou-se pela filantropia, caridade, pela atenção repressiva e emergencial. (RODRIGUES, 2002).

Na Velha República, a benemerência foi incapaz de oferecer proteção social aos trabalhadores ferroviários (classe fundamental para a manutenção dos fluxos de mercadorias) e decorrente dessa necessidade surgiram as Caixas de Socorro dos Trabalhadores Ferroviários e de outras categorias. A caixa de socorro era um fundo arrecadado que protegia em casos de doença, invalidez e morte<sup>2</sup>. (RODRIGUES, 2002).

Com a Questão Social evidenciada, as elites começaram a agir de modo organizado e metódico. (RODRIGUES, 2002). Seu fazer era uma forma de sustentar a reprodução da força de trabalho que pretendem utilizar.

Segundo Iamamoto (2014, p. 27) a Questão Social é

*o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.*

A sociedade civil e a Igreja Católica respondiam às expressões da Questão Social através do apostolado social e Ação Católica. A juventude católica atuava junto a classe operária, emergiram orfanatos, asilos, internatos, ações educativas para o trabalho e disciplinamento (escolas paroquiais). Surgiu a Ligada das Senhoras Católicas – SP<sup>3</sup>, subsidiadas pelo Estado que por sua vez criou a Junta de Auxílios e Subvenções para oferecer pequenas contribuições às instituições filantrópicas. Foi um período onde as instituições

---

<sup>1</sup>Primeira organização de assistência que se instalou no Brasil conforme o modelo português.

<sup>2</sup>Mais detalhes sobre as Caixas de Socorro ver na Lei n. 2297 de 24 de novembro de 1888.

<sup>3</sup>Mais informações sobre a Liga das Senhoras Católicas ver Serviço Social na Contemporaneidade de Iamamoto e Carvalho, 2016, p.176.

sociais se especializaram na atenção às crianças, aos idosos, doentes mentais, atendendo em orfanatos, internatos, asilos e hospícios. (RODRIGUES, 2002).

Durante a República Velha, quem assistia aos pobres eram as associações de socorro mútuo ou as pessoas mais abastadas da sociedade. O Estado não se responsabilizava pela proteção social e as desigualdades sociais eram entendidas como decorrentes de incapacidades individuais. (CRONEMBERGUER; TEIXEIRA, 2015).

Na Era Vargas, foi implementada a Política Social Pública como questão de responsabilidade de Estado, ou seja, como coisa pública. A Constituição Federal de 1934 regulamentava a Previdência Social Pública financiada pelo Estado, capital e trabalho. Foi estabelecida a proteção contra doença, invalidez, velhice/morte, acidentes de trabalho, maternidade, gestante, medida de saúde/sanitárias, regulamentação do trabalho - jornada de trabalho, descanso semanal, férias, proteção ao trabalho do menor, fixação do salário mínimo. (RODRIGUES, 2002).

A assistência social teve um significativo avanço a partir da Era Vargas. A proteção social não mais estava sob responsabilidade das associações de socorro mútuo ou das elites e sim do Estado.

Neste período, além da implementação da Previdência Social também foi criada a Justiça do Trabalho e o Estado passou a ser responsável pelo amparo à infância, maternidade, famílias com muitos filhos e desvalidos em geral. A assistência social se expandiu por meio de creches, asilos, albergues e contava com o assistente social. A Igreja e o Capital se uniram para intervir na perspectiva do assistencialismo, ajustamento dos sujeitos. Em 1942 surgiram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e a Legião Brasileira de Assistência Social – LBA, primeira grande organização assistencial brasileira. Posteriormente, foi criado o Programa Materno Infantil, Serviço Social do Comércio – SESC, Serviço Social da Indústria – SESI e o Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS. (RODRIGUES, 2002).

Sobre a LBA, Iamamoto e Carvalho (2016, p. 265) descrevem:



O Surgimento da LBA terá, de imediato, um amplo papel de mobilização da opinião pública para o apoio ao 'esforço de guerra' promovido pelo governo, e conseqüentemente ao próprio governo ditatorial. Nesse sentido serão lançadas diversas campanhas de âmbito nacional, como as da *borracha usada*, confecção de ataduras e bandagens, campanha do livro, campanha das 'hortas da vitória,' etc. Para os soldados mobilizados serão patrocinados diversos serviços de promoção e lazeres (cantinas, espetáculos, etc.). A assistência às famílias dos convocados terá também um amplo caráter promocional. Apenas no Distrito Federal, a LBA montará mais de cem postos de atendimentos e postos diversos de trabalhos voluntários.

Na década de 1940 se conhece a Ordem liberal-democrática tendo como princípio a busca de um processo de universalização da assistência social; mas a manutenção do Estado Meritocrático esboçava uma política social seletiva, focalizada, para parcela da classe trabalhadora, como privilégio de grupos de interesse. (RODRIGUES, 2002).

Em 1946 a LBA passou por reformulação, se expandiu em grande parte do território nacional. O Estado e a sociedade estabelecem parceria para a oferta de ações no âmbito da defesa da maternidade e infância. Foram implantados hospitais infantis, maternidades, creches e lactários. Os anos 60 ficaram marcados pela introdução da profissionalização nas instituições filantrópicas. Os assistentes sociais passaram a integrar o quadro de funcionários e surge o certificado de filantropia que atribuía isenção de impostos e de contribuição para as organizações filantrópicas. Com o golpe militar de 1964 a fase foi rompida, implantando-se um regime ditatorial-militar. (Idem)

A assistência social vinha avançando, ampliando os direitos sociais. No entanto a trajetória foi interrompida por meio do golpe militar, do cerceamento dos direitos.

A partir do Golpe de 1964 com a instalação da Ditadura Militar no Brasil, o assistencialismo exerceu papel central nas políticas sociais e se viabilizaram fundamentalmente através da LBA que promoveu convênios com a filantropia por todo o país. O atendimento social era uma forma de atenção pública às demandas de assistência social, havia o mínimo de recursos financeiros para o atendimento das demandas sociais, o voluntariado se fazia presente, o quadro profissional era limitado e os servidores eram cedidos por outras instâncias ou departamentos. A LBA foi modificada, tornou-se uma fundação subordinada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. (RODRIGUES, 2002).

Ainda ao primeiro ano da Ditadura Militar foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, tendo por público o menor abandonado e infrator. Em 1967 foram criados o salário família e seguro desemprego. (Idem).

Nos anos de 1970, a expansão das ações assistenciais se processou juntamente com as ações de saúde, surgiram as primeiras secretarias e departamentos específicos de assistência social. A Assistência Social foi deixando de ser apenas uma ação filantrópica constituindo-se gradativamente em atenções governamentais. Os programas e serviços tinham caráter pontual, fragmentado, descontínuo e ofertado pela rede filantrópica que recebiam transferência de recursos públicos. (Idem).

No Brasil os Movimentos Sociais, Sindicatos e partidos de esquerda lutaram pela superação dos processos ditatoriais e da instalação de um período conhecido como Nova República desde onde se fortaleceu a luta contra as ações pontuais e fragmentadas da assistência social, proliferaram as pesquisas sobre a assistência social através de diversos núcleos públicos e universitários de pesquisas que promoveram a revisão de ações de vários órgãos públicos e privados. (Idem).

As décadas de 1980 e 1990 ficaram marcadas pela ampliação do processo de democracia (transição dos governos militares para os governos civis) e pela recessão econômica (tentativas de minimizar os processos inflacionários e a busca pelo crescimento) implicando em novas configurações. Uma delas foi trazer a assistência social para o âmbito política social de natureza pública. (COUTO, 2006).

Com as novas abordagens da assistência social baseadas no paradigma do direito social, o termo usuário substituiu o termo cliente, mas as respostas de acesso aos direitos básicos ainda precisavam avançar, devido a cultura institucional e profissional marcada pelo controle, assistencialismo e preconceito. Em 1993, foi aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e na metade de 1996 iniciou-se o pagamento do Benefício de Prestação Continuada – BPC. (RODRIGUES, 2002).

A Assistência Social só passou a ganhar visibilidade na perspectiva de política social durante o movimento pela redemocratização brasileira. É no

texto da Constituição de 1988, que a mesma se apresentou como política social, mas a sua regulamentação aconteceu depois de cinco anos. A Lei LOAS foi aprovada no final de 1993, no governo de Itamar Franco. (COUTO, 2006).

O quadro elaborado por Couto (2006) sintetizando os direitos e programas sociais vinculados no campo da assistência social no Brasil – 1934 a 1988 - é um mapeamento rigoroso e interessante para lermos os pontos que compõem nossas trilhas até a afirmação dos direitos sociais como dever de Estado.

TABELA 1 – DIREITOS E PROGRAMAS SOCIAIS VINCULADOS AO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL – 1934-88

Discriminação	Garantias Constitucionais	Respostas institucionalizadas pelo Estado
1934	-atendimento às famílias de prole numerosas; -amparo aos desvalidos; -amparo à maternidade e à infância; -organização de colônias agrícolas para habitantes das zonas empobrecidas ou sem trabalho.	Não havia definições de programas institucionais na área. Essas demandas eram atendidas pela filantropia, com caráter de ajuda aos necessitados.
1937	-amparo à infância e à juventude; -aos pais miseráveis, assiste o direito de invocar o auxílio e a proteção para subsistência e proteção de sua prole	-1940: Plano de Alimentação ao Trabalhador; -1942: criação da Legião Brasileira de Assistência.
1946	- assistência à maternidade, à infância e à adolescência; -assistência aos desempregados;	-1950: Programa de Alimentação de Gestantes e Programa de Alimentação Escolar; -1964: criação da Fundação do Bem-Estar do Menor.
1967	-lei especial sobre assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação dos excepcionais; -necessidade de apontar fonte de custeio para benefícios assistenciais.	-As respostas à questão assistencial são institucionalizadas a partir de 1972.
1969	Idem a de 1967.	-1972: Programa Nacional de Alimentação

		e Nutrição para o grupo materno-infantil; -1977: Programa de Complementação Alimentar e Programa de Alimentação ao Trabalhador; -1985: Programa de Suplementação Alimentar; -1986: criação da Secretaria Especial de Ação Comunitária; Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa Nacional do Leite para as crianças carentes.
1988	-a assistência social compõe o tripé da seguridade social; -destina-se a quem dela necessitar; -não contributiva; -dever do Estado e direito do cidadão; -salário mínimo ao idoso e ao portador de deficiência sem condições de se manter.	-1993: LOAS e BPC; Programa de Combate à Fome e à Miséria; -1995: Programa Comunidade Solidária.

FONTE: COUTO (2006)

Apesar do Estado assegurar alguns direitos em 1934, suas respostas se materializaram somente a partir de 1940, com o Plano de Alimentação ao Trabalhador, como mostra o quadro acima. Antes disso não havia definições de programas institucionais.

Historicamente, as necessidades sociais no Brasil foram atendidas na perspectiva da cidadania regulada, isto é, os direitos sociais eram recompensa dos trabalhadores urbanos e com contrato formal de trabalho. Já àqueles que não acessavam esses direitos lhes restava a benemerência e filantropia. Não acessavam aos direitos sociais porque eram considerados incapazes para o trabalho. (COUTO, 2006).

Para explicar o campo das demandas por assistência como decorrência de desajustes individuais – hoje compreendidos como resultado do conflito capital-trabalho – foram utilizadas respostas baseadas em repressão, benemerência, ações emergenciais, etc. Órfãos, miseráveis, doentes, inválidos, praticantes de crimes, e mais tarde, os trabalhadores formais eram alvos da assistência

social. O Estado e a Igreja (predominantemente a Católica Romana) assumiram as tarefas assistenciais, empenharam-se na construção e gestão de orfanatos, asilos, internatos, hospícios, ações educativas para o trabalho e disciplinamento. Com a Constituição Federal de 1934, o Estado passou a se responsabilizar pelo amparo à infância, maternidade, famílias com muitos filhos e desvalidos em geral, a assistência social se expandiu através de creches, asilos, albergues e por meio da presença do Assistente Social. Através de interesses do capitalismo em desenvolvimento, recursos do primeiro e segundo setores implementaram o até hoje conhecido sistema “S” (o SENAI, SENAC, SESC, SESI), LBA e o CNSS. Os mesmos foram implementados, a partir de 1940 e se fortalecem após a Constituição de 1988, com funções típicas. Segundo Meireles (2004, p.363), têm a seguinte concepção:

Os serviços sociais autônomos são todos aqueles instituídos por lei, com personalidade de Direito Privado, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sem fins lucrativos, sendo mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais. São entes paraestatais, de cooperação com o Poder Público, com administração e patrimônio próprios, revestindo a forma de instituições particulares convencionais (fundações, sociedades civis ou associações) ou peculiares ao desempenho de suas incumbências estatutárias. São exemplos desses entes os diversos serviços sociais da indústria e do comércio (SENAI, SENAC, SESC, SESI), com estrutura e organização especiais, genuinamente brasileiras.

Assim, a assistência social brasileira rumava no processo de expansão e outras parcerias foram estabelecidas entre o Estado e a sociedade para a realização de ações voltadas, em especial, à maternidade e infância tais como maternidades, hospitais infantis, creches. As instituições filantrópicas se profissionalizaram e o Estado instituiu o certificado de filantropia isentando e financiando as instituições conhecidas como filantrópicas. Também a criação da Fundação de Proteção ao Menor Abandonado e Infrator –FUNABEM, do salário família, seguro desemprego, departamentos específicos de assistência social foram adensando os compromissos públicos com a organização e financiamento da assistência social.

A assistência social deixava, gradativamente, de ser apenas ação filantrópica e passa a ter as atenções, parcerias e funções do Estado. As lutas contra as ações pontuais, descontínuas e fragmentadas da assistência social tornam maior força a partir da Nova República, pesquisas no âmbito da assistência social se proliferaram, e ações de vários órgãos públicos e privados foram revisadas. Mas é somente através da Constituição de 1988 que a política de assistência se apresentou na perspectiva de política social, direito do cidadão e dever do Estado, com regulamentação em 1993.

## 1.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL: DA INSTITUIÇÃO DA PROFISSÃO AO CONGRESSO DA VIRADA

O objetivo de refletir acerca dos aspectos históricos da Política Pública da Assistência tem especial sentido e mais ainda quando nos é possível relacionar a instituição de nossa profissão no conjunto desses acontecimentos.

Compreender que os acontecimentos que permeiam o processo de maturação da assistência social como coisa pública ocorrem vinculados aos tempos históricos em que o Serviço Social precisa nascer pois havia a madura compreensão dos sujeitos sociais que praticavam algum tipo de assistência social e que entendiam o fazer solidário, como caridade ou não, prescindia de maior organização, fundamentação ante as formas até então experimentadas.

O Serviço Social foi instituído no Brasil na década de 1930, na Era Vargas, tempo histórico em que o capitalismo se desenvolvia nos principais centros urbanos. O operário possuindo apenas sua capacidade para o trabalho, a vendia em troca de salário a fim de garantir a sua sobrevivência e de sua família. No entanto, a abusiva exploração da força de trabalho estava afetando a capacidade vital do operário, sendo necessário a mobilização e organização para luta defensiva. Através de grandes movimentos sociais para a conquista de uma cidadania social, as condições precárias do proletariado foram evidenciadas à sociedade brasileira e diversas classes, frações de classes dominantes, o Estado e a Igreja foram obrigados a se posicionarem. Nessa época a Igreja vinha se mobilizando para reafirmar sua posição na sociedade

civil, pois havia perdido diversos espaços e a fim de recuperar sua influência na sociedade, se mobilizou por meio do bloco católico, formando agentes sociais especializados. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O Serviço Social no Brasil tem sua gênese a partir de grupos e frações de classes, expressas principalmente através da Igreja Católica com uma visão teológica neotomista cuja ênfase estava em compreender todo o ser humano como imagem e semelhança de Deus, que diante da industrialização, eram mais e mais empobrecidos e fragilizados.

Assim, a primeira Escola de Serviço Social,

...nasceu do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS. O Centro surge de um grupo de moças preocupadas com a questão social e que participaram ativamente no Curso de Formação Social... dirigido por... professora da École Catholique de Service Social de Bruxelas... a finalidade básica do CEAS é 'o estudo e a difusão da doutrina social da Igreja e a ação social....' ...O CEAS é que coordenará a instalação da Ação Católica em São Paulo... após a organização da Ação Católica... deixa a direção... para preocupar-se com a organização da Escola de São Paulo... o CEAS envia para Bélgica duas sócias, para cursarem a escola de Serviço Social e, quando voltam ao nosso país, ultimam os preparativos para o surgimento da primeira escola de Serviço Social no Brasil, que se instala em... 1936. Um dos motivos básicos para a fundação da escola foi a necessidade sentida de uma melhor preparação para a ação social dos quadros militantes da Ação Católica. (AGUIAR, 2011, p. 42-43)

Em 1937, surgiu a Segunda Escola de Serviço Social – RJ. O Cardeal Leme, Stela de Faro e Alceu enfatizaram a importância da formação social. Uma equipe da Congregação das Filhas do Coração de Maria, vinda da França e com experiência social cristã influenciaram o desenvolvimento da escola neste aspecto. (AGUIAR, 2011).

Conforme o quadro de Couto (2006) apresentado anteriormente, neste período não havia definições de programas institucionais estatais na área da assistência social. As demandas eram atendidas pela filantropia, com caráter de ajuda aos necessitados, e do mesmo modo que a instituição da formação em Serviço Social se anunciaram as primeiras ações de Estado frente a assistência social.

Assim como as escolas de São Paulo e Rio de Janeiro, as demais Escolas de Serviço Social que surgiram até 1950, foram influenciadas diretamente pela Igreja Católica e seus ideais de reconstrução da sociedade sob bases cristãs, se contrapondo ao laicismo, liberalismo e comunismo. (AGUIAR, 2011).

Em princípio, os Assistentes Sociais trabalhavam para restabelecer a ordem social, condicionada pelo respeito à autoridade. O posicionamento não deveria ser neutro, era importante comunicar a ideologia para os alunos. Os professores deveriam ser católicos praticantes, exemplos a serem seguidos e os alunos eram submetidos a um curso antes do exame de admissão. (Idem).

O Serviço Social era visto como uma vocação, pautado na doutrina social da Igreja Católica e teve por base o neotomismo entre 1936 e 1960. O neotomismo trazia novamente a filosofia de Santo Tomás de Aquino. Alguns aspectos da filosofia presente na formação do assistente social eram: a visão de pessoa humana, conceitos de sociedade, bem comum e questão ética. Segundo Aguiar (2011, p. 59), a pessoa humana "...é um ser distinto de qualquer outro ser. Mas o que realmente distingue... é sua racionalidade... capaz de escolha, de saber, de vontade." Já a sociedade,

...é 'a união de homens com o propósito de efetuar algo comum'. E essa sociedade deve visar o bem comum... para que haja o bem comum é necessário o Estado. Estado supõe autoridade. E 'toda forma de autoridade deriva de Deus, respeitá-la é respeitar a Deus; toda forma de governo, desde que garanta os direitos da pessoa humana e o bem estar da comunidade é boa...'. O Estado deve respeitar a Igreja. Assim não existe conflito entre fé e razão... (AGUIAR, 2011, p.61).

O desenvolvimento do capitalismo no país exigiu do Serviço Social brasileiro qualificação e sistematização do espaço sócio-ocupacional. Surgiram novas demandas e as políticas sociais começaram a serem implantadas com a intervenção do Estado. (YAZBEK, 2009).

Sob influência do Serviço Social norte-americano, o Serviço Social brasileiro, a partir dos anos 1940, ganhou técnica. A profissão buscou no



método positivista suporte teórico-metodológico para sua modernização. O método “...aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas... trabalha com as relações aparentes dos fatos...”. O Serviço Social passou a ser mais burocratizado e tecnicista, enquadrava os comportamentos de forma mais técnica. (YAZBEK, 2009, p.5). O Serviço Social brasileiro importará técnicas de Serviço Social de Casos, Grupo e Comunidade. (AGUIAR, 2011).

Um fato novo marcou o Serviço Social: a influência do Serviço Social norte-americano através de técnicas para o agir profissional.

Enquanto o Serviço Social ganhava técnica por meio das influências norte-americana, a assistência social iniciava o seu processo de expansão. Foi um período onde surgiram, o SENAI, LBA (1942), parcerias entre o Estado e a sociedade para o atendimento à maternidade e infância (hospitais infantis, maternidades e creches). A constituição federal de 1946 garantia assistência à maternidade, infância, adolescência e aos desempregados.

Em 1962, foi criado o Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS e os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais – CRAS, atual CFESS-CRESS. Em princípio, os conselhos não tinham autonomia, eram entidades autoritárias que exerciam controle político do Estado sobre os profissionais através da exigência da inscrição profissional e pagamento do tributo. Não se constituíam num espaço coletivo de interlocução. (CFESS, 20--, não paginado).

As mazelas e princípios opressores da Ditadura Militar, dentre outros, contribuíram para que os setores do Serviço Social questionassem os elementos teórico-metodológicos da profissão, sobretudo a contradição em se priorizar as demandas do Estado em detrimento das demandas da classe trabalhadora.

A partir da segunda metade da década de 1960, o Serviço Social passou por um processo de renovação, onde começou a dialogar com os problemas e as disciplinas sociais a fim de fundamentar sistematicamente sua ação profissional. Em princípio aconteceu por iniciativa do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS, através dos

seminários: Araxá (67), Teresópolis (70), Sumaré (78) e Alto da Boa Vista (84), em seguida por iniciativa de agências de formação e organizações profissionais. (NETTO, 2015).

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social constituiu "... o momento em que a profissão, ao refletir sobre a sua prática, resolveu examinar as bases, numa percepção maior da realidade, e ingressar, assim, no caminho da cientificidade." (CBCISS, 1986).

É importante ressaltar, conforme a exposição feita no item 1, que durante a Ditadura Militar, as políticas sociais estavam centradas principalmente no assistencialismo. Nessa fase, havia o mínimo de recursos financeiros para o atendimento das demandas sociais e os recursos humanos eram limitados.

Em 1979, na cidade de São Paulo aconteceu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, denominado "a virada", os profissionais estabeleceram o compromisso de atuar em favor da classe trabalhadora e exigiram para sua formação um currículo condizente com a realidade brasileira. Era um período de redemocratização brasileira, pós-ditadura militar e explosão dos movimentos sociais, sindicais.

Após 30 anos de expansão, o capitalismo entrou em crise e a classe dominante propôs o projeto neoliberal. O neoliberalismo repercutiu nas conquistas da classe trabalhadora. As políticas sociais, foram resignificadas. Como solução parcial à crise, o neoliberalismo propôs reconstituir o mercado livre através da redução e eliminação da intervenção social do Estado em diversas áreas. (MONTAÑO, 2006).

No Serviço Social, o projeto neoliberal refletiu em sua condição de trabalhador, em sua demanda direta e indireta e em sua prática de campo pois precarizou o vínculo trabalhista, aumentou e diversificou as expressões da questão social enfrentadas pelo Assistente Social, reduziu recursos para a implementação de serviços sociais, etc. Com as repercussões do projeto neoliberal nas conquistas da classe trabalhadora, surgiu a necessidade de uma resposta profissional de um projeto construído democraticamente pelo coletivo profissional. Então, o Serviço Social decidiu construir um projeto profissional

crítico e progressista “...sensível aos interesses das classes trabalhadoras e às populações mais desfavorecidas...” (Idem).

O Projeto Ético Político foi construído nas décadas de 1980 e 1990 – a partir do momento de redemocratização do Brasil, período de manifestações populares para a construção e aprovação da carta constitucional de 1988, para o afastamento do Presidente Collor, etc. A categoria profissional vinha sendo questionada quanto a sua prática política e buscou qualificar-se através do código de ética, das revisões da legislação profissional, alterações no ensino universitário e produção acadêmica. E em 1980 inseriu-se na área da pesquisa amadurecendo suas formas de representação político-corporativas. O Projeto Ético Político do Serviço Social orienta-se a partir de três documentos: Código de Ética (1993), Lei da Regulamentação da Profissão (1993) e Lei de Diretrizes e Bases (1996) Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. “É fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil desde a crise da ditadura...” (IAMAMOTO, 2014, p. 49).

Abaixo, apresento um quadro sintetizado das relações históricas que são mais densas entre a assistência social e o Serviço Social.

TABELA 2 – CONVERGÊNCIAS HISTÓRICAS: ASSISTÊNCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

		Assistência Social	Serviço Social
Brasil Colônia e Imperial		1) era prestada segundo interesses pessoais daqueles que detinham posses, na ótica da benemerência, repressiva e emergencial; 2) recebia inspeções, isenções e eventuais contribuições do Estado, mas não era de responsabilidade do mesmo, nem tarefa assumida pela Igreja; 3) através das Irmandades de Misericórdia atendia órfãos, viajantes, miseráveis, portadores de hanseníase, inválidos, alienados, praticantes de crimes;	1) inexistente
Do Brasil Republicano ao Golpe Militar	República Velha	1) percebia os problemas sociais resultante de incapacidades individuais; 2) era desenvolvida de	

		<p>maneira organizada e metódica pelas elites e Igreja Católica (Liga das Senhoras Católicas, Junta de Auxílios e Subvenções) junto a classe operária, órfãos, idosos, doentes mentais;</p> <p>3) oferecia proteção aos trabalhadores por meio de caixas de socorro, sendo o Estado responsável pela sua gestão.</p>	
	Era Vargas (1930-1945)	<p>1) era prestada na perspectiva do assistencialismo, ajustamento dos sujeitos;</p> <p>2) era percebida como questão de responsabilidade de Estado;</p> <p>3) atendia a infância, maternidade, famílias com muitos filhos, desvalidos, idosos;</p> <p>4) Previdência Social; Justiça do Trabalho; SENAI, LBA, Programa Materno Infantil, SESC, SESI, CNSS.</p>	<p>1) atuava para estabelecer a ordem social; estava a serviço da ideologia da Igreja, vocação, ao enquadramento dos comportamentos de forma mais técnica, relações aparentes dos fatos;</p> <p>2) implantou escolas de Serviço Social, importou técnicas norte-americanas (Serviço Social de caso, grupo e comunidade);</p>
	Golpe Militar (1964-1985)	<p>1) prestada na ótica do assistencialismo nas políticas sociais; conta com o voluntariado, possui recursos humanos limitados, é pontual, fragmentada, descontínua.</p> <p>2) transita de filantropia a atenção do Estado</p> <p>3) atende ao menor abandonado/infrator</p> <p>4) convênios entre LBA e filantropia; modificação da LBA; FUNABEM;</p>	<p>1) questionamento dos elementos teórico-metodológico da profissão, compromisso em atuar em favor da classe trabalhadora, exigência de currículo condizente com a realidade brasileira;</p> <p>2) seminários para estudar a profissão, Reconceituação, Congresso "A Virada", construção do projeto ético-político;</p>
	Brasil da Constituição Cidadã	<p>1) direito social,</p> <p>2) LOAS;</p>	<p>1) código de ética, lei de regulamentação da profissão, lei de diretrizes e bases para o curso de Serviço Social;</p>

FONTE: O autor (2017).

A Assistência Social e o Serviço Social tiveram significativos avanços desde suas origens, saindo do campo da benemerência e vocação para o direito e profissão regulamentada. A seguir veremos como esta Política se constitui na contemporaneidade e como a profissão atua em seus desdobramentos.

## **2 ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NESTA POLÍTICA**

Desde o embasamento anterior de que há relações históricas perceptíveis entre os avanços e a instituição da assistência social como um direito social público e do Serviço Social como profissão que se interessa pela revisão das desigualdades sociais; assim, ambos amadurecem e traduzem suas intencionalidades de superação dos processos de subalternização dos sujeitos oprimidos pelas inúmeras expressões da Questão Social, tão acirradas e ampliadas pelo capitalismo neoliberal.

Assim, neste capítulo a intencionalidade é buscar compreender as relações entre ambas que desde a Constituição de 88 e o Congresso da Virada afinam suas grandes bases e princípios. Deste modo o capítulo visa relacionar as convergências históricas do Serviço Social e da Política de Assistência Social para melhor compreender a função social e contemporânea da profissão nesta política, destacando tais princípios tanto da Assistência Social e do Serviço Social que nela se insere. Também é de fundamental importância destacar os serviços, programas, projetos que constituem a política da Assistência Social e que se organizam e efetivam através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e desta descrição dar particular atenção às questões que se relacionam a trabalho e com base nas indicações desta política e do Serviço Social frente sua efetivação chegar aos cenários mais locais, problematizando a efetivação municipal da política de assistência atravessada pelo trabalho informal e sazonal como uma grave expressão da questão social no litoral paranaense, bem como a consequente intervenção do Serviço Social no equipamento social CRAS Novos Horizontes em Guaratuba - PR.

Deste modo apresento primeiramente os elementos que dão contorno à Assistência Social no Brasil desde sua implantação a partir de sua organização em um Sistema Único para toda a nação e posteriormente as atribuições do Assistente Social nesta política.

## 2.1 DEFINIÇÃO E OBJETIVOS DA ASSISTENCIA SOCIAL

A Assistência Social foi compreendida no âmbito da Seguridade Social a partir da Constituição de 1988. Ela, em conjunto com a saúde e a previdência visam garantir os direitos relativos a essas áreas. A seguridade social é organizada pelo poder público e financiada por toda a sociedade através das contribuições de empregadores, trabalhadores e receita de concursos de prognósticos<sup>4</sup>. (BRASIL, 1988)

A Assistência Social destina-se a todos a quem dela necessitar e independe de contribuição à seguridade social. Dentre os seus objetivos, destaco a promoção da integração ao mercado de trabalho<sup>5</sup> a fim de contribuir para os intentos de nosso estudo. Mas antes de trazer maiores detalhes a respeito desse objetivo, cabe discorrer um pouco sobre a regulamentação e organização da política.

A Assistência Social foi regulamentada como política social pública, a partir da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em 1993. A Política é um direito do cidadão e dever do Estado para atender às necessidades básicas através de ações integradas entre o Estado e a sociedade. (BRASIL, 1993). Já o SUAS implantado em 2005, organizou a Assistência Social em duas proteções: básica e especial. (MDS, 2005). Como a pesquisa está no âmbito da Proteção Social Básica – PSB, me limitarei em descrevê-la.

Considero importante afirmar que a assistência social não está mais no campo da benesse e sim da Seguridade Social<sup>6</sup>, sendo direito do cidadão, ou seja, regulamentada pela LOAS e organizada através do SUAS. Não depende de interesses das elites para ser prestada, mas é um dever do Estado. A Igreja que no período colonial não assumia as tarefas assistenciais e mais tarde atuou significativamente neste campo, hoje a partir de suas ações, integra a Política como sendo de iniciativa da sociedade. Já os usuários da Assistência

---

<sup>4</sup> Concurso de sorteio de número ou quaisquer outros símbolos, loterias e apostas de qualquer natureza no âmbito dos três poderes.

<sup>5</sup> Art. 203 da Constituição Federal de 1988.

<sup>6</sup> A seguridade social é um conjunto integrado de ações dos poderes públicos e da sociedade para assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social.

Social não devem ser percebidos como desajustados sociais, mas produto de um modo de produção social que vem acirrando cotidianamente as desigualdades sociais.

## 2.2 Proteção Social Básica - PSB

Retomando sobre as proteções do SUAS, em especial a PSB, ela tem por objetivo à prevenção de situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições; através do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Para a materialização dos objetivos, oferta serviços, programas, projetos e benefícios nos CRAS, em outras unidades básicas públicas de assistência social e nas entidades; organizações de assistência social da área de abrangência do CRAS. (MDS, 2005). O CRAS,

é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social... executa serviços da proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio assistenciais locais da política de assistência social... atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário... (MDS, 2005, p.35).

Apresentei até aqui alguns elementos da Assistência Social no Brasil a partir de sua organização em Sistema Único para toda a nação. Como um dos objetivos deste estudo é o de contribuir com a efetivação dos princípios da política, destacamos que retomada da autonomia do sujeito assistido passa pela “inclusão produtiva”. Este é um dos caminhos mais efetivos de resgatar possibilidades para a autonomia dos sujeitos assistidos.

## 2.3 PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO – ACESSUAS TRABALHO E A INCLUSÃO PRODUTIVA

O ACESSUAS é um programa da PSB cofinanciado pelo governo federal que visa a materialização da “promoção e integração ao mercado de trabalho” disposto na Constituição Federal e na LOAS. O objetivo é a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência através da integração ao mundo do

trabalho. A equipe deverá ser composta de 1 coordenador de nível superior, 1 técnico de nível superior e 1 técnico de nível médio.<sup>7</sup> Ela será responsável por executar as ações do programa orientadas por 4 eixos: 1) identificação e sensibilização de usuários (ex: identificação dos usuários para participar do programa junto às equipes do PAIF e SCFV); 2) desenvolvimento de habilidades e orientação para o mundo do trabalho (ex: oficinas temáticas de orientação para o mundo do trabalho); 3) desenvolvimento de oportunidades (ex: mapear as oportunidades presentes no território); 4) monitoramento do percurso (ex: dos usuários no acesso ao mundo do trabalho (acompanhamento com serviços e programas socioassistenciais). As secretarias de Assistência Social dos municípios se responsabilizam pela mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários para ações de inclusão produtiva: qualificação profissional (ex: cursos ofertados pelo Sistema S), intermediação de mão-de-obra (ex: colocação de trabalhadores em vagas captadas junto às empresas a partir do Mapa de Oportunidades do município), economia solidária (ex: constituição de incubadoras) e o microempreendedor individual – MEI (ex: promoção da formalização de pequenos negócios de trabalhadores que atuam por conta própria junto às áreas tributárias e previdenciárias). (MDS, 2016).

Costa e Souza (2011 apud MONTAGNER et al, 2015) explica que em princípio boa parte dos programas articularam a inclusão produtiva à Assistência Social, ou seja, a Política era concebida como estruturadora e não mediadora. No entanto, a compreensão foi sendo alterada ao longo do tempo e a Assistência Social em sua interface com o mundo do trabalho passou a não ofertar diretamente o acesso à inclusão produtiva mas possibilitar que o usuário seja encaminhado para tal através da intermediação e interação entre diversas políticas.

Colin et al (2015 apud MONTAGNER et al, 2015, p.76) complementa afirmando que “o papel da assistência social seria o de contribuir para a promoção da intersetorialidade”.

---

<sup>7</sup> Para municípios de porte I não precisa ter coordenador. A equipe também poderá ser ampliada conforme a necessidade local.



É evidente que todo o processo de enfrentamento à Questão Social<sup>8</sup>, inclusive para atender aos princípios da própria política de assistência, é através da inclusão produtiva que se desenham os rumos mais densos para o enfrentamento das sequelas desta sociedade de pobreza faminta, que ainda nos destaca como um dos países com maior desigualdade social no mundo.

## 2.4 O ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quaisquer que sejam as políticas ou espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social, suas atribuições e competências devem ser norteadas pelo Código de Ética Profissional e pela Lei de Regulamentação da Profissão. (CFESS, 2011).

...o perfil do/a assistente social para atuar na política de Assistência Social deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que forçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente. (CFESS, 2011, p.19)

É importante recordar, conforme o capítulo anterior, que em princípio o Assistente Social atuava para restabelecer a ordem social, para o enquadramento dos comportamentos. Os problemas sociais eram compreendidos no campo da moral, como uma incapacidade do sujeito. Sua prática contradizia os interesses e as necessidades da classe trabalhadora e seu método abordava as relações sociais no plano de suas vivências imediatas.

Nosso Conselho Federal (2011) ainda defende que reconhecer a Questão Social como objeto de intervenção profissional exige uma atuação profissional sob a ótica totalizante onde identifica os determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais, ou seja, tem leitura crítica da realidade e capacidade de identificar as condições materiais de vida,

---

<sup>8</sup> Ver na página 15 sobre Questão Social.

identifica respostas existentes no âmbito do Estado e sociedade civil, reconhece e fortalece os espaços e formas de luta e organização dos trabalhadores em defesa de seus direitos, formula e constrói coletivamente estratégias políticas e técnicas para modificar a realidade e estabelece formas de pressão sobre o Estado a fim de garantir recursos necessários à garantia e ampliação dos direitos.

Na perspectiva teórica e ideológico presente no Serviço Social, é fundamental que o profissional proceda a análise crítica da realidade social local na qual emerge, relacionando-a com aspectos da totalidade, para assim estruturar seu trabalho, eleger competências/atribuições específicas necessárias para o enfrentamento das expressões da questão social e suas demandas que se apresentam à política de assistência social e sua intersectorialidade.

Tais competências, estratégias e procedimentos específicos da Política de Assistência Social são apresentadas de forma complementar às competências nacionais da profissão como: Abaixo tais competências são apresentadas e estão descritas no material

Realizar pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população, que subsidiem a formulação dos planos de Assistência Social;  
Formular e executar os programas, projetos, benefícios e serviços próprios da Assistência Social, em órgãos da Administração Pública, empresas e organizações da sociedade civil;  
Elaborar, executar e avaliar os planos municipais, estaduais e nacional de Assistência Social, buscando interlocução com diversas áreas e políticas públicas, com especial destaque para as políticas de Seguridade Social;  
Formular e defender a constituição de orçamento público necessário à implementação do plano de Assistência Social;  
Realizar estudos sistemáticos com a equipe dos CRAS e CREAS, na perspectiva de análise conjunta da realidade e planejamento das ações, o que supõe assegurar espaços de reunião e reflexão no âmbito das equipes multiprofissionais;  
Contribuir para viabilizar a participação dos/as usuárias/as no processo de elaboração e avaliação do plano de Assistência Social...  
Estimular a organização coletiva e orientar/as os usuários/as trabalhadores/as da política de Assistência Social a construir entidades representativas;  
Exercer funções de direção e/ou coordenação nos CRAS, CREAS e Secretarias de Assistência Social;

Prestar assessoria aos conselhos, na perspectiva de fortalecimento do controle democrático e ampliação da participação de usuários/as e trabalhadores/as; (CFESS, 2011, p.21-22).

Deste modo, estas proposições são a base para uma intervenção profissional qualificada no sentido do cumprimento dos princípios e objetivos da Política de Assistência. Mas todas são atravessadas pelas condições concretas do serviço, organização, local onde este profissional exercerá sua função. Segundo as indicações do CFESS (2011) tais competências visam enfrentar e superar dois grandes desafios: a restrição da atuação do Assistente Social aos atendimentos emergenciais e o estabelecimento de uma relação entre o público e o privado, onde o Estado transforma-se em mero repassador de recursos às organizações não governamentais, que assumem a execução direta dos serviços socioassistenciais. Iamamoto (2014, p.20) também chama a atenção para isto quando afirma:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.

Até o momento, este estudo apresentou aspectos e convergências históricas entre a instituição e afirmação da Assistência como Política Pública Social e as contribuições do Serviço Social como uma profissão crítica dirigida ao enfrentamento das desigualdades sociais e embasado em princípios próximos àqueles defendidos por esta Política, em especial através dos Programas relacionados à inclusão produtiva para o enfrentamento do desemprego ou subemprego ou trabalho informal precarizado.

Deste modo, no seguimento deste estudo buscaremos problematizar alguns dos elementos que atravessam o fazer profissional na efetivação desta Política no Município de Guaratuba – Litoral do Paraná, frente ao recorte do trabalho informal.

### 3 TRABALHO INFORMAL NO LITORAL DO PARANÁ

Neste capítulo o objetivo é apresentar algumas fundamentações teóricas e estatísticas a respeito do trabalho informal e da realidade regional/local a fim de contribuir com o empoderamento dos sujeitos que vivenciam estas experiências no âmbito do trabalho, com destaque para os usuários do CRAS Guaratuba/PR.

Diante deste propósito, trago primeiramente o estado da arte do trabalho informal no litoral paranaense a partir de produções de graduação e pós graduação<sup>9</sup> do Setor Litoral articulado aos conceitos gerais sobre a temática.

#### 3.1 TRABALHO INFORMAL: CONCEPÇÕES E ESTADO DA ARTE NO LITORAL DO PARANÁ

A presença do trabalho informal é evidente no litoral do Paraná, constituído por 7 cidades entre elas: Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba.

O trabalho informal em Paranaguá aumentou, ou seja, em cinco anos a porcentagem de trabalhadores informais sem fundamental completo subiu mais de 400%.

Medina (2013) afirma, que o trabalho informal vem crescendo junto com o aumento das taxas de desemprego, produz baixa remuneração, entre outras implicações.

O trabalho contratado e regulamentado vem sendo substituído por trabalhos precarizados e junto ao quadro se acrescenta o desmonte da legislação social protetora do trabalho. (ANTUNES, 2015).

Cabe ressaltar sobre o desmonte da legislação social protetora do trabalho, que recentemente presenciamos no governo Temer o projeto aprovado aonde permite às empresas terceirizar todos os setores de atividade. O CFESS em concordância com a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, afirma que a aprovação “...acarretará rebaixamento de salários...”. Outra implicação segundo o CFESS, é a insegurança do trabalho

---

<sup>9</sup> Graduação em Serviço Social e pós graduação em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar nos períodos de 2010 a 2016.

devido a rotatividade (características dos processos de terceirização). O conselho mostra que no Brasil os terceirizados ganham 25% a menos dos salários dos contratados diretamente pela empresa, além de experiências próximas ao trabalho escravo (jornadas fora de qualquer padrão) e grande número de acidentes de trabalho.

Retornando sobre o trabalho informal no litoral do Paraná, Santos (2014), afirma que a maioria das famílias atendidas pelo CRAS Nilson Neves – Paranaguá, eram chefiadas por mulheres que exerciam trabalho informal. Destas, 36,6% tinham baixa escolaridade. Para a Assistente Social da unidade pública estatal, as exigências do mercado dificultam as famílias de acessarem o trabalho formal, impulsionando-as à informalidade do trabalho ou ao desemprego.

O trabalho informal mais uma vez está associado a baixa escolaridade, mas seria ela, a barreira para ao trabalho formal? Quais outros impedimentos?

O desemprego, as exigências quanto a idade e aparência, a falta de profissionalização, de escolaridade, a falta de articulação entre diversas políticas para o fomento do enfrentamento da informalidade, o projeto político neoliberal, etc. contribuem para o trabalho informal. Outro fator que leva os trabalhadores a adesão da informalidade no trabalho é a necessidade de subsistência. O trabalho informal é uma alternativa de enfrentamento ao desemprego. (XAVIER, 2014).

A partir de Xavier, percebo que a dificuldade em se acessar o trabalho informal vai além da baixa escolaridade. Está relacionada a um projeto de sociedade, percepção de mundo.

Outro dado sobre o trabalho informal em Paranaguá é que o mesmo tem sido procurado pelo grupo de mulheres do SCFV ofertado pelo CRAS Porto dos Padres, sendo os motivos: a falta de escolaridade, a falta de oportunidade e a praticidade no sentido de possibilitar a realização do trabalho em casa e com materiais de baixo custo. Ex: artesanato. (FERREIRA, 2016).

O trabalho informal está presente também entre os usuários dos CRAS Nilson Neves, Porto dos Padres – Paranaguá/PR assim como está presente e é predominante no CRAS Guaratuba. Mais adiante veremos informações sobre

o CRAS Novos Horizontes – Guaratuba/PR, mas antes destaco algumas modalidades da informalidade.

A informalidade é classificada em três modalidades: trabalhadores informais tradicionais, trabalhadores informais assalariados sem registro e trabalhadores informais por conta própria. Os trabalhadores informais tradicionais seriam aqueles sujeitos que buscam renda para consumo próprio e familiar. Entre os trabalhadores informais tradicionais existem os menos instáveis (mínimo de conhecimento profissional e dos meios de trabalho, geralmente prestadores de serviços como: pedreiros, vendedores ambulantes de alimentos/vestuários/consumo pessoal, empregados domésticos; E os mais instáveis (recrutados temporariamente, recebem por peça ou serviço realizado, baseado na força física, baixa qualificação como: carroceiros, trabalhadores de rua, serviços em geral). (ANTUNES, 2015).<sup>10</sup>

Algumas informações serão apresentadas sobre as atividades exercidas em Guaratuba a fim de contribuir na identificação da modalidade citada acima. Mas antes quero ressaltar sobre Pontal do Paraná.

Em Pontal do Paraná, a maioria da população vive em situação de vulnerabilidade social decorrente de vários fatores, entre eles os empregos informais. A vulnerabilidade é agravada por causa da população flutuante que na temporada de verão procuram o município para férias e para trabalhar informalmente. (SANTOS, 2012).

Na política de Saúde, a maioria dos usuários do CAPS I *Guaraguaçu* são trabalhadores informais que não contribuem para a previdência. (DOS SANTOS, 2015).

A informalidade não exige contribuição à previdência, as pessoas acabam não pagando a previdência por não ser obrigação legal. O trabalhador informal por não ter sua carteira de trabalho assinada não é assegurado contra acidentes de trabalho, vive precariamente, recorre à política da assistência social (cestas básicas) e ajuda de parentes ou comunidade. (DA SILVA, 2016).

Durante a temporada, as oportunidades de trabalho aumentam em Pontal do Paraná, mas por se tratar de trabalhados informais, quando a temporada se

---

<sup>10</sup> Mais informações sobre as outras duas modalidades no livro “Adeus ao Trabalho?” de Antunes.

encerra, os trabalhadores ficam desempregados e sem condições de garantir o seu sustento e de seus familiares. (DA SILVA, 2011).

As informações acima evidenciam que o trabalho informal produz vulnerabilidade social e que o número de trabalhadores sem contribuição à previdência é significativo, implicando em desproteção social, busca pela Política de Assistência e/ou parentes/comunidade.

Segundo Antunes (2015, p. 260), a informalidade “supõe sempre a ruptura com os laços de contratação e regulação da força de trabalho”. Tais situações são sentidas por toda a população litorânea, suas fontes de trabalho e renda em maioria, de forma direta ou indireta, estão atreladas ao turismo de veraneio. A economia muda, a mobilidade muda, a presença de serviços ofertados pelo Estado é mais eficaz e em maior número: de internet pública e gratuita, segurança e serviços de saúde, etc. O verão faz florescer as possibilidades dos caiçaras na informalidade.

A não contribuição à previdência dos trabalhadores informais que moram em Matinhos também é significativa. As políticas de assistência social e emprego no município são paliativos às demandas do trabalhador informal. A política de emprego não abrange todos os trabalhadores informais contribuindo para a inserção em atividades consideradas marginais como os “bicos”, venda de produtos contrabandeados, catação de papel, etc. Segundo a pesquisa “...o efeito do trabalho informal vai além da limitação de direitos, agrava-se na precarização, fome, eminente migração”. O estudo mostra a necessidade de efetivação da política pública de emprego na região a fim de responder à questão social gerada pela informalidade, abertura de postos de trabalho no litoral paranaense e a discussão sobre o trabalho informal para se elaborar alternativas de enfrentamento dos problemas gerados pela informalidade. (MACHADO, 2011).

O trabalho informal em Matinhos é desenvolvido a partir da sazonalidade, mas o autor não despreza a raiz na relação capital-trabalho. Algumas formas de enfrentamento do trabalho informal são sugeridas como: discussões sobre trabalho e direitos, fomento da consciência de classe, desenvolvimento da autonomia do sujeito para a busca de seus direitos, pressão nos órgãos fiscais do trabalho para intensificação dos serviços no litoral Paranaense, em especial

na temporada e principalmente o apontamento de uma nova sociedade sem classes. (BATISTA, 2015).

O trabalho informal é uma das expressões da questão social. É um dos resultados do conflito capital-trabalho, que afeta a vida em sociedade e a vida individual. O trabalho informal se refere ao trabalho sem seguridade do vínculo empregatício. É um trabalho desprotegido dos direitos previstos pela CLT. O trabalho informal não tem um piso mínimo ou seguridade social (riscos e acidentes). (XAVIER, 2014).

O Litoral do Paraná tem vivenciado as sequelas do modo de produção capitalista através do trabalho informal. Ao mesmo tempo em que é uma forma de enfrentamento ao desemprego, é contraditório pois implica em desproteção social (o trabalhador fica desprotegido em face de doença, velhice, maternidade, etc.) devido a limitação quanto ao recolhimento para o INSS. Outra contradição é o fato de não ser assegurado em caso de demissão implicando em fragilidade econômica para si e sua família.

O trabalho informal evidencia situações de exploração impossibilitando o acesso aos direitos trabalhistas e à representação de classe pelo caráter de desproteção social e individualista. (DA SILVA, 2016).

A partir do exposto, compreendi que o trabalho informal vem aumentando e substituindo os trabalhos formais num cenário de desmonte da legislação protetora do trabalho. As razões que impulsionam o sujeito à informalidade do trabalho vão para além de uma simples ausência ou fragilidade de profissionalização ou escolaridade. O aumento da informalidade do trabalho está associado ao modo de produção capitalista e seu exército industrial de reserva<sup>11</sup>.

Também tem sido uma forma de enfrentamento ao desemprego mas, contraditoriamente implica em baixas remunerações, desproteção social (aposentadoria, auxílio doença, maternidade, etc.), não usufruto do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e seguro desemprego, fome, eminente migração, etc. O cenário é ainda mais agravado quando se reduz a

---

<sup>11</sup> É a força de trabalho excedente as necessidades da produção.



participação do Estado, a qualidade das políticas sociais públicas e a sazonalidade.

O trabalho informal tem sido vivenciado por muitos sujeitos que moram no litoral do Paraná; é principalmente atrelado ao turismo de veraneio, período onde demandas por serviços diversos. Também há uma intensificação e mudanças na qualidade dos serviços ofertados pelo Município e o Estado, florescendo, sazonalmente as possibilidades dos caiçaras.

A seguir trago alguns dados sobre o trabalho informal em Guaratuba e também no CRAS Novos Horizontes.

### 3.2 TRABALHO INFORMAL EM GUARATUBA/PR

Com base na matriz metodológica de diagnóstico socioassistencial<sup>12</sup> e no boletim Mercado de Trabalho no Censo 2010 do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, apresento alguns dados sobre o trabalho informal em Guaratuba.

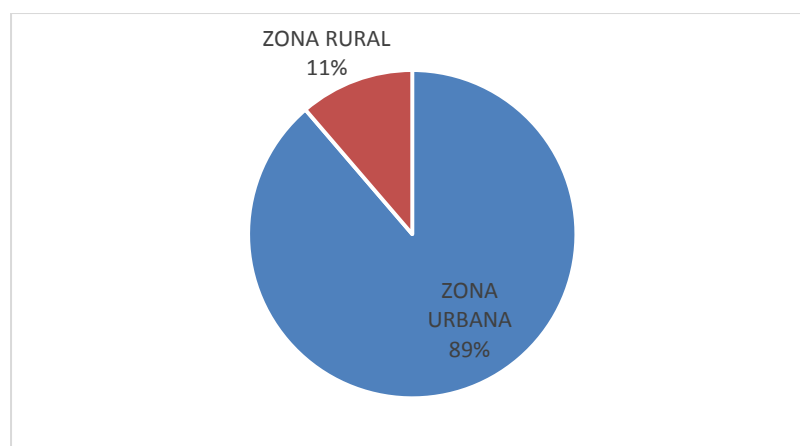
Segundo o IBGE 2010, Guaratuba tem aproximadamente 32.095 habitantes. Destes, 14.520 (45%) estão efetivamente disponíveis para o exercício de atividades econômicas seja trabalhando ou procurando emprego. O número representa a população economicamente – PEA ativa do município

Nos gráficos a seguir, veremos algumas características da PEA.

---

<sup>12</sup> Matriz sistematizada sob coordenação da professora Silvana Marta Tumelero com a participação de colegas colaboradores e do acadêmico extensionista Marcelo Alexandre de Freitas Rodrigues do Curso de Serviço Social da UFPR/Setor Litoral, publicizada em 2014.

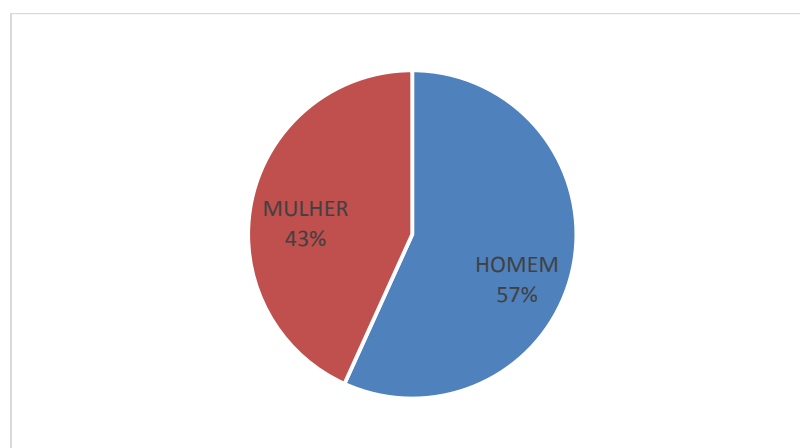
GRÁFICO 1 – PEA POR LOCALIZAÇÃO NO DOMICÍLIO



FONTE: IBGE(2010)

Os indivíduos disponíveis para o trabalho (trabalhando ou procurando emprego), em sua maioria (89%) estão domiciliados na área urbana.

GRÁFICO 2 – PEA POR GÊNERO



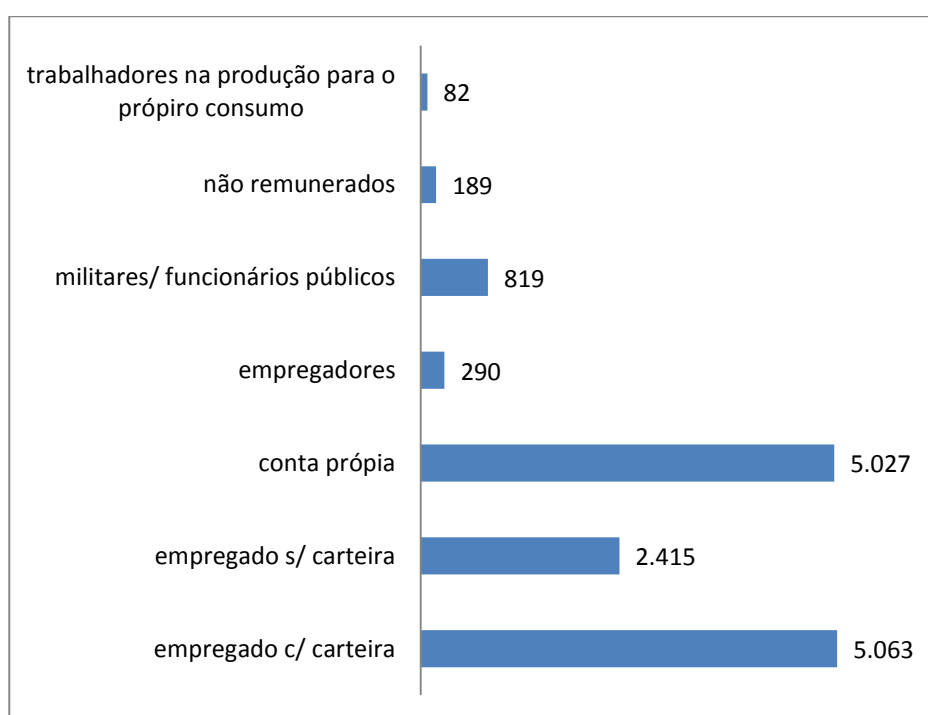
FONTE: IBGE (2010).

Os indivíduos disponíveis para o trabalho (trabalhando ou procurando emprego) são homens, a diferença é de 14% em relação às mulheres.

O Boletim Mercado de Trabalho no Censo 2010 do MDS mostra que dos 14.520 indivíduos efetivamente disponíveis para o exercício de atividades econômicas, 13.885 estavam ocupados.<sup>13</sup> O boletim ainda revela que dentre as atividades mais exercidas pela população ocupada estão: as atividades no âmbito do comércio (17,7%), da construção civil (12,2%) e da agricultura/pecuária/produção florestal/pesca/aquicultura (11,4%). É importante aqui destacar a jornada de trabalho, isto é, mais de 20% cumprem jornada de trabalho superior a 48 horas semanais.

A seguir apresento os indivíduos ocupados por posição na ocupação:

GRÁFICO 3 – NÚMERO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO



FONTE: IBGE (2010).

---

<sup>13</sup> 635 procurando emprego.

Verifica-se que 53% da população ocupada de Guaratuba vivencia as experiências do trabalho informal.<sup>14</sup>

O trabalho informal também se faz presente entre os usuários do CRAS Novos Horizontes, que apresento a seguir.

### 3.3 TRABALHO INFORMAL NO CRAS NOVOS HORIZONTES E OS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS RELACIONADOS

Neste item caracterizei o CRAS Novos Horizontes de Guaratuba, tal intento foi possível com a participação de 5 assistentes sociais. Os profissionais concederam uma entrevista cujas questões encontram-se sob forma de apêndice (número 1) a este estudo.

O CRAS em questão referencia cerca de 7.500 famílias, sendo o único para o atendimento de todo o município. Localizado no centro de Guaratuba, tem por equipe 6 técnicos de nível superior (5 assistentes sociais), 8 técnicos de nível médio, coordenadora-assistente social, motoristas, gestora do PBF e serviços gerais<sup>15</sup>.

Segundo o MDS, o CRAS do porte de Guaratuba é para referenciar até 3.500 famílias, sendo exigida equipe mínima de 3 técnicos de nível superior e 3 técnicos de nível médio. (MDS, 2009).

A partir da caracterização acima, verifica-se algumas potencialidades e limitações da unidade pública estatal. As potencialidades dizem respeito ao número de técnicos de nível médio acima das exigências mínimas possibilitando um suporte mais qualificado junto aos técnicos de nível superior e a presença de motoristas/carros específicos do CRAS contribuindo para a qualificação dos serviços, programas, projetos, benefícios.

Considerando as limitações é perceptível que o excesso de famílias referenciadas pode vir a afetar a qualidade dos serviços, programas, projetos, benefícios ofertados e a ausência de pelo menos mais um técnico de nível

---

<sup>14</sup> Considerei aqui apenas os trabalhadores por conta própria (36%) e os empregados sem carteira de trabalho assinada (17%).

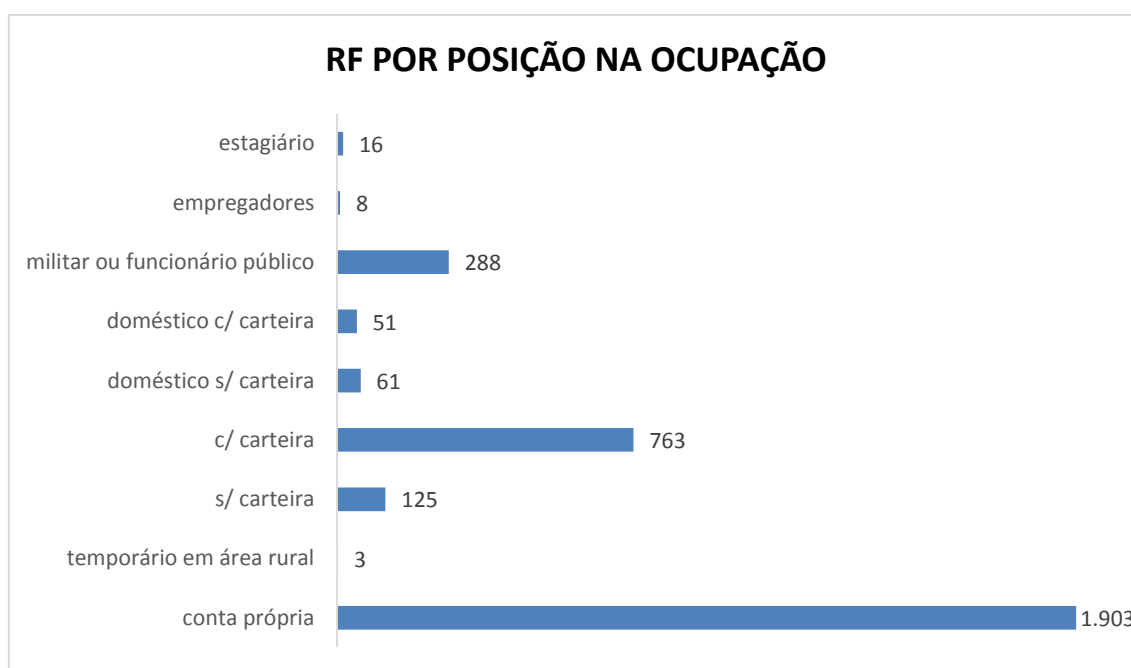
<sup>15</sup> Informações atualizadas em abr/2017.

superior pode implicar numa sobrecarga para os trabalhadores do mesmo nível assim como na qualidade nos atendimentos.

No geral, as famílias atendidas pelo CRAS possuem Cadastro Único<sup>16</sup> (critério do equipamento para inserção em serviços, programas, projetos e benefícios da PSB). No mês de abril/2017 das 7.492 famílias inseridas no Cadastro Único, 2.089 vivenciavam as experiências do trabalho informal através de seus responsáveis familiares e 1.552 através de seus cônjuges/companheiros. Em relação aos inscritos no Cadastro Único e ocupados, esses números representam 59% de responsáveis familiares e 68% de cônjuges/companheiros no exercício do trabalho informal.<sup>17</sup>

Abaixo apresento dois gráficos para melhor visualização dos dados.

GRÁFICO 4 – RF POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

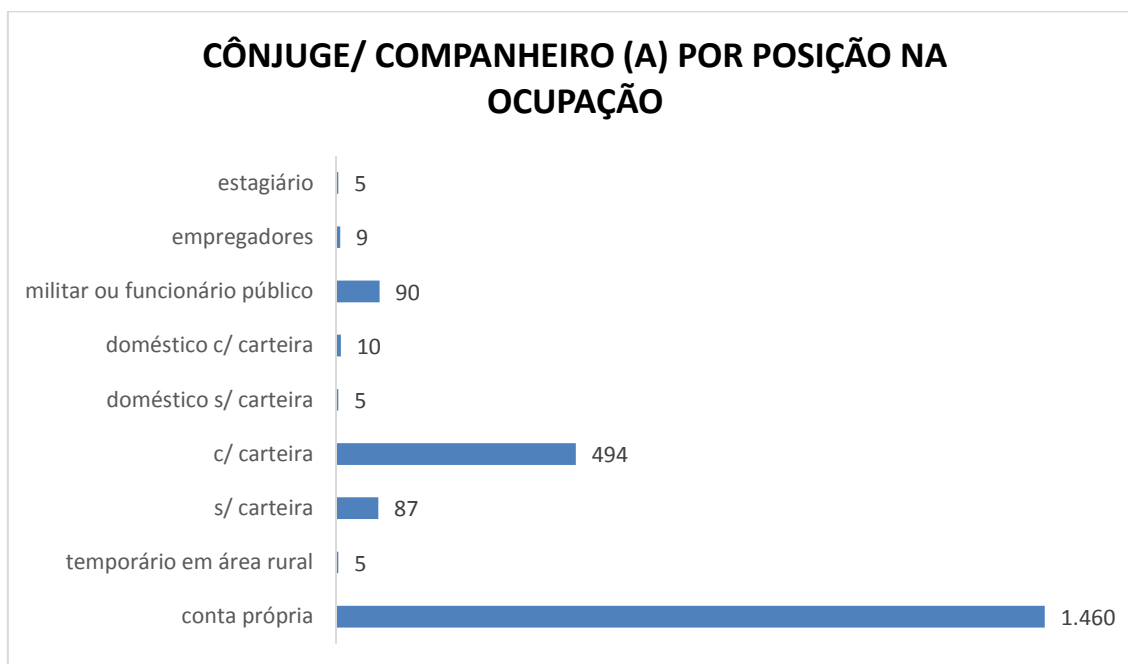


FONTE: MDS (2017).

<sup>16</sup> O cadastro único é uma ferramenta do governo federal para identificação, inserção das famílias de baixa renda em programas sociais assim como elaboração, avaliação de políticas sociais.

<sup>17</sup> Considerei aqui os trabalhadores por conta própria, sem carteira e doméstico s/ carteira.

GRÁFICO 5 – CÔNJUGE/ COMPANHEIRO (A) POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO



FONTE: MDS (2017).

O censo 2010, mostra que o trabalho informal alcançou 53% da população ocupada de Guaratuba. Neste ano de 2017, a partir dos dados do Cadastro Único é possível verificar que o trabalho informal tem sido a realidade para 59% das famílias ocupadas atendidas pelo CRAS Guaratuba. O trabalho informal tem perpassado o litoral paranaense, Guaratuba e o CRAS Novos Horizontes. A partir deste cenário qualifico a questão considerando a participação dos assistentes sociais que atuam no CRAS Novos Horizontes a fim de apresentar os serviços, programas, projetos e serviços existentes no equipamento.

Quando perguntei sobre “Quais os serviços, programas, projetos e benefícios ofertados pelo CRAS associados ao trabalho?”, as respostas obtidas foram: Programa Jovem Aprendiz – PJA, alguns cursos com instituições parceiras, Programa Família Paranaense – PFP, Programa Horta Comunitária – PHC, grupos do PAIF (mulheres, gestantes, benefício eventual) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV (idosos).

O PJA insere adolescentes de 14 a 16 anos no mercado de trabalho formal com duração até dois anos. As inscrições são realizadas no CRAS uma vez ao ano, geralmente em agosto. O CRAS encaminha as fichas às empresas que

são responsáveis pela seleção e contratação. São 30 vagas para mais de 200 inscritos.

Eventualmente, cursos são articulados com instituições de qualificação/profissionalização como o SENAC. O CRAS se responsabiliza pela inscrição e por vezes o transporte. Entre os cursos cito: os relacionados a gastronomia, garçom, relacionados à beleza, etc. As vagas são limitadas.

No PFB, as famílias com demanda no âmbito do trabalho são encaminhadas às agências e se estiverem dentro do perfil profissional, tem prioridade na vaga. Hoje são 77 famílias inseridas no programa.

O PHC atende em média 30 famílias por meio do cultivo de verduras e hortaliças, atividades socioeducativas, encaminhamentos, entrega de cestas básicas e partilha dos alimentos cultivados.

Os grupos do PAIF são realizados 1 vez na semana com o intuito de trabalhar temáticas relacionadas aos direitos, fortalecimento de vínculos comunitários/familiares e encaminhamentos. Exceto o grupo de benefício eventual que se limita a 2 encontros e entrega de cesta básica. São cerca de 12 participantes.

O grupo do SCFV para idosos acontece também 1 vez por semana, realiza encaminhamentos e enfatiza o fortalecimento de vínculos comunitários/familiares. São cerca de 20 participantes.

Após citar os serviços, programas, projetos ofertados no CRAS, trago algumas contribuições dos profissionais do Serviço Social quanto ao empoderamento dos trabalhadores informais.

Quando perguntei “Como o Serviço Social pode contribuir no empoderamento dos trabalhadores informais, usuários do CRAS?”, o assistente social **A** disse: “creio que podemos orientar os trabalhadores informais sobre a importância de recolhimento do INSS, como autônomo, visando assegurar os benefícios do INSS quando este não puder trabalhar. Também seria interessante incentivar a qualificação profissional e a busca pelo trabalho formal”. O assistente social **B** respondeu: “encaminhá-los para cursos profissionalizantes e também acionar a secretaria de Educação para a oferta de vaga no EJA para os usuários com baixa escolaridade. Para o assistente social **C** seria por meio de “acompanhamento nos programas e realização de atividades socioeducativas com enfoque na importância da relação com o

trabalho, no comprometimento com este e na busca pelo protagonismo do indivíduo. O assistente social **D** disse: “realizando atendimentos individualizados e em grupos sobre a importância da qualificação profissional e o trabalho informal. Prestando esclarecimentos sobre o Programa Jovem Aprendiz e alguns cursos com instituições parceiras. E a realização de parcerias com a comunidade vislumbrando novas oportunidades em programas direcionados ao trabalho. Por fim, para o assistente social **E** seria “esclarecendo os direitos, muitas vezes até mesmo estimulando o retorno a escola e até mesmo orientando sobre cursos de capacitação profissional para melhorar as condições de trabalho.”

A Política de Assistência Social prevê que suas ações de PSB sejam articuladas com demais políticas públicas para garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias de forma a superar as condições de vulnerabilidade e prevenir as situações de risco potencial.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história e suas lutas sociais, reconhecidas pela Constituição de 1988 assinalam que, enfim, a assistência social não está mais no campo da benesse e sim da Seguridade Social, sendo direito do cidadão, ou seja, regulamentada pela LOAS e implantada através do SUAS. Não é fruto somente dos interesses das elites, mas é um dever do Estado. Já os usuários da Assistência Social não devem ser percebidos como desajustados sociais, mas produto de um modo de produção social que vem intensificando cada vez mais as desigualdades sociais.

O assistente social que, em princípio tratava os fenômenos sociais como problemas pessoais que deveriam ser resolvidos individualmente, hoje reconhece na Questão Social seu objeto de intervenção profissional, isto é, a tensão entre as desigualdades provocadas pelo capitalismo frente a resistência dos sujeitos que vivenciam essas desigualdades. O método hegemônico que embasa a profissão não está mais no plano das vivências imediatas e sim da totalidade, com leitura crítica da realidade, capacidade de identificar as condições materiais de vida e identificar respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil.

A atuação do assistente social não pleiteia o enquadramento dos comportamentos mas reconhece e fortalece os espaços, formas de luta e organização dos trabalhadores em defesa de seus direitos, formulando e construindo coletivamente estratégias políticas e técnicas para modificar a realidade e para estabelecer formas de pressão sobre o Estado a fim de garantir recursos necessários à garantia e ampliação de direitos.

Trago aqui novamente minhas considerações a respeito do trabalho informal, isto é, seu aumento e a tendência em substituir os trabalhos formais. Impulsionado pelo modo de produção capitalista e o exército industrial de reserva, tem sido uma forma de enfrentamento ao desemprego, tem produzido baixas remunerações, desproteção social, não usufruto do FGTS e seguro desemprego, fome e eminente migração.

A redução da participação do Estado na oferta e qualidade das políticas sociais públicas assim como a sazonalidade tem contribuído para o

agravamento do cenário. O litoral do Paraná vivencia de forma significativa o trabalho informal assim como Guaratuba e o CRAS Novos Horizontes. A resposta frente ao trabalho informal tem sido pontual (inserção de adolescentes entre 14 a 16 anos no PJA) limitada (inserção de adolescentes em 30 vagas anuais; encaminhamentos com prioridade se estiverem dentro do perfil da vaga; inserção de 30 famílias no PHC) e eventual (parcerias esporádicas com instituições profissionalizantes).

No entanto é preciso reconhecer que a falta de políticas para a demanda fragiliza a qualidade dos serviços, sobrecarregando os profissionais. Ainda que aparente ser emergencial (PHC) devido a distribuição de apenas complemento alimentar, existe um acompanhamento desses sujeitos (atividades socioeducativas, encaminhamentos). Também é preciso reconhecer o interesse pela realização de parcerias com a comunidade, com a secretaria de educação a fim de ampliar as possibilidades junto aos trabalhadores informais. E que é percebido como relevante o fomento para o recolhimento ao INSS e a prestação de um serviço continuado.

Busco como potência maior deste estudo relações que permitam melhor compreender as convergências entre a história e proposições da Política da Assistência com aquelas inerentes ao Serviço Social, para que seja possível, com base nestes dados, exercitar desde já competências próprias de nossa profissão e assim sendo, buscar propor modos para o empoderamento e a materialização dos direitos dos usuários frente à questão do trabalho informal, em especial apresento aqui algumas sugestões:

A abertura de mais um equipamento da Proteção Social Básica no município com equipe mínima a fim de atender a demanda com mais qualificação.

Implantação do ACESSUAS Trabalho no município, programa de PSB da Assistência Social voltado para a demanda relativa ao acesso ao mundo do trabalho.

Relacionar o trabalho informal como um dado concreto que exige um planejamento e intervenção mais específico e interdisciplinar e preferencialmente com pesquisa e extensão que tornasse as Universidades/faculdades como parceiras deste estudo/intervenção, envolvendo outros municípios;

Em sendo assim ainda tão concreto e sem maiores políticas de intervenção sobre este, entender que há maneiras históricas de avanços e parcerias para implementar melhores possibilidades no mundo do trabalho: Economia Solidária e as Incubadoras normalmente ligadas às Universidades.

Possibilidades de que os novos empreendimentos da Economia Solidária – EcoSol fossem construídos em debate com os usuários e o curso de gestão e empreendedorismo e turismo, no sentido mais específico de gerar trabalho e renda a partir mesmo em outros momentos do ano, como já acontece em Morretes e Antonina valorizando as características caiçaras, sua cultura, seu artesanato, sua gastronomia.

O Serviço Social, por atuar dentro de uma dimensão que tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora com sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal deveria ser o grande articulador destas potências, pois tanto a política da Assistência quanto os propósitos profissionais zelam pela autonomia, liberdade para que o sujeitos individuais e coletivos sejam protagonistas na compreensão política e modos de exercer seu papel histórico e cidadão na estrutura social mais ampla e local de modo que conheçam e compreendam, mas também proponham e ajam tendo sua participação como modo maior de luta por uma sociedade e um litoral mais igualitário, especialmente entre as condições daqueles que desfrutam nos verões das maravilhas da natureza, mas também do injusto trabalho informal, mal remunerado, inseguro, sazonal das gentes caiçaras.

Sintetizando, entendo que a realidade concreta do trabalho informal, sazonal e precarizado exige maior atenção, estudos e planejamento por parte dos poderes públicos e das universidades para seu entendimento e enfrentamento como uma expressão da questão social local e regional, historicamente instituída.

Para isto o Serviço Social é fundamental não somente considerando sua convergência de princípios e propósitos junto à Política de Assistência, mas além disto promover com os usuários e técnicos do CRAS em questão, parcerias intersetoriais e interinstitucionais para confrontar as fragilidades e dilemas do mundo do trabalho informal nesta Região.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm)>.

AGUIAR, A. G. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. 6º Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AMADEU, M. S. U. S.; MENGATO, A. P. F.; STROPARO, E. M.; ASSIS, T. T. S. **Manual de Normatização de Documentos Científicos** de acordo com as normas da ABNT. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

ANTUNES, R. **Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?**. In: ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 243-261.

BATISTA, R. L. V. **Trabalhadores do verão: as transformações das relações de trabalho na visão de um grupo de moradores no município de Matinhos**. 2015. 56f. Monografia (Bacharel em Serviço Social) – Setor Litoral, UFPR, Matinhos, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CFESS. **O CFESS: histórico**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>. Acesso em: 04 dez. 2016.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**, Distrito Federal, 2011.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CRONEMBERGER, I, H, G, M; TEIXEIRA, S, M. O sistema de proteção social brasileiro, política de assistência social e a atenção à família. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v.19, n.2, p.132-147, dez.2015. Disponível em e<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679494X2015000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X2015000200011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 12 ago. 2017.

DA SILVA, A. C. A. **Abordagens do Serviço Social sobre direitos sociais e políticas públicas destinadas às famílias**. 2016. 46f. Monografia (Bacharel em Serviço Social) – Setor Litoral, UFPR, Matinhos, 2016.

DA SILVA, T. L. K. **Questão Social e política de assistência social em debate: estratégias e práticas na promoção do fortalecimento familiar**. 27f. Monografia (Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar) – Setor Litoral, UFPR, Matinhos, 2011.

DOS SANTOS, L. C. B. **O trabalho do Serviço Social com famílias no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Nilson Neves em Paranaguá-PR**. 2014. 44f. Monografia (Bacharel em Serviço Social) – Setor Litoral, UFPR, Matinhos, 2014.

DOS SANTOS, V. E. L. **Política de saúde mental: Aproximações sócio-históricas da realidade no município de Pontal do Paraná dialogando como o estágio supervisionado em Serviço Social**. 66f. Monografia (Bacharel em Serviço Social) – Setor Litoral, UFPR, Matinhos, 2015.

FERREIRA, T. S. **Os desafios do grupo de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS do Porto dos Padres, referente a inserção da mulher no mercado de trabalho em Paranaguá**. 52f. Monografia (Bacharel em Serviço Social) – Setor Litoral, UFPR, Matinhos, 2016.

GRAÇA, J. K. **População em situação de rua: análise de um grupo no município de Paranaguá-PR**. 2015. 58f. Monografia (Bacharel em Serviço Social) – Setor Litoral, UFPR, Matinhos, 2015.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 25. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**.41. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MACHADO, A. C. **As políticas públicas de trabalho e assistência frente ao trabalho informal no litoral paranaense**.2016.21f. Monografia (Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar) – Setor Litoral, UFPR, Matinhos, 2011.

MDS. **Boletim Mercado de Trabalho no Censo 2010**. Disponível em: <[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega\\_pdf.php?rel=bo\\_mercado\\_de\\_trabalho](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=bo_mercado_de_trabalho)>. Acesso em 23 mai. 2017.

MDS. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://mds.gov.br/>>. Acesso em 23 mai. 2017.

MDS. **Perguntas e Respostas sobre o Programa Acessuas Trabalho**, 2016. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/acessuas-trabalho>>. Acesso em 28 ago. 2017.

MDS. **Política Nacional de Assistência Social, PNAS/2004 e Norma Operacional Básica, NOB/SUAS**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://mds.gov.br/>>. Acesso em 23 mai. 2017.

MEDINA, B. H. M. **Levantamento dos trabalhos monográficos apresentados ao curso de especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral (período 2008 a 2010)**. 72F. Monografia (Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar) – Setor Litoral, UFPR, Matinhos, 2013.

MEIRELLES, H. L. **Direitos Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2004, p.363.

MONTAGNER et al. **Cadernos de Estudos: desenvolvimento social em debate**. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/Caderno%20de%20Estudos%20Pronatec%20-%202024.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/Caderno%20de%20Estudos%20Pronatec%20-%202024.pdf)>. Acesso em 28 ago. 2017.

NETO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

RODIGUES, J. A. **Serviço Social e Assistência Social: Cidadania e Projeto Ético-Político**. 179 f. Dissertações (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2002.

SANTOS, A. G. **Os desafios do Assistente Social na Política da Assistência Social em Pontal do Paraná**. 2012. 26f. Monografia (Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar) – Setor Litoral, UFPR, Matinhos, 2012.

XAVIER, D. C. R. M. **O mundo do trabalho e aspectos do trabalho informal na atualidade**. 30f. Monografia (Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar) – Setor Litoral, UFPR, Matinhos, 2014.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/RosaneGafa/os-fundamentos-histicos-e-tericometodolgicos-do-servio-social-brasileiro-na-contemporaneidade-maria-carmelita-yazbek>. Acesso em 13 ago. 2017.

## APÊNDICE 1



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Paraná  
Setor Litoral



Graduação em Serviço Social

**PESQUISA: Relações entre o Serviço Social, a Política de Assistência Social e o Trabalho Informal: olhares sobre a experiência do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Guaratuba/PR.**

Autora: Karilla R. Moreira da Rocha

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Édina Mayer Vergara

### **Instrumento de Pesquisa**

#### **Profissional do Serviço Social**

#### **Bloco 1 – Dados de Identificação:**

##### **1.1 Do entrevistado (a):**

Tempo de atuação na profissão: \_\_\_\_\_

Tempo de atuação no CRAS Novos Horizontes: \_\_\_\_\_

#### **Bloco 2 – Das experiências sobre trabalho informal no Município:**

##### **2.1 Qual a sua percepção sobre o trabalho informal?**

---

---

---

---

---

##### **2.2 A partir de sua experiência com os usuários do CRAS, como o trabalho informal tem se materializado? (Atividades, pontos positivos e/ou negativos)**

---

---

---



---

---

2.3 Quais os serviços, programas, projetos e benefícios ofertados pelo CRAS associados ao trabalho?

---

---

---

---

---

2.4 Como o Serviço Social pode contribuir no empoderamento dos trabalhadores informais, usuários do CRAS?

---

---

---

---

---